

STJ00109660

Asdrubal Franco Nascimbeni

**CUMPRIMENTO
DAS DECISÕES
ARBITRAIS**

**ESTUDOS PARA
APRIMORAMENTO
DO SISTEMA**

**EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2019**

Copyright © 2019 by Asdrubal Franco Nascimbeni

Categoria: Direito Empresarial e Comercial

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

11690:3

N244c

Nascimbeni, Asdrubal Franco

Cumprimento das decisões arbitrais : estudos para aprimoramento do
sistema / Asdrubal Franco Nascimbeni. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2019.
444 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 384-424.

ISBN 978-85-519-1667-4

1. Processo civil - Brasil. 2. Execução. 3. Arbitragem. 4. Registro público. I. Título.

CDD 347

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Apresentação e Delimitação do Tema	1
1. Introdução.....	7
1.1 A arbitragem como importante elemento para a paz social.....	19
1.2 A ampliação do procedimento arbitral para a efetivação do direito fundamental à duração razoável dos processos.....	24
1.3 A cooperação e o convívio harmônico entre a arbitragem e o Judiciário versus a ampliação da atuação dos árbitros.....	34
1.4 O aumento do número de arbitragens e os seus reflexos: crescimento do descumprimento das sentenças arbitrais e a consequente diminuição da percepção da efetividade plena da arbitragem	39
1.5 O judiciário no cenário econômico de nosso país.....	48
1.5.1 Os números do CNJ sobre os processos de execução: ainda o calcanhar de Aquiles do processo civil.....	51
1.6 A preocupação da doutrina estrangeira sobre o tema	56
2. Breve Retrospecto Histórico.....	61
2.1 A arbitragem na Grécia e em Roma.....	61
2.2 O desenvolvimento da arbitragem na Idade Média	66
2.3 A arbitragem no direito brasileiro	70
2.3.1 A arbitragem antes do advento da Lei n. 9.307/1996	70
2.3.2 Os projetos de lei anteriores à LArb.....	74
2.3.3 A operação Arbiter	75
3. Estado, Jurisdição, Arbitragem e Ius Imperium	79
3.1 O Estado jurisdicional	79
3.2 O Estado e a crise da jurisdição monopolista, nos dias atuais	80

3.3 As principais teorias sobre a natureza jurídica da arbitragem	85
3.3.1 Teoria jurisdicional da arbitragem.....	85
3.3.2 Teoria contratual da arbitragem.....	87
3.3.3 Teoria mista (ou híbrida) da arbitragem	88
3.3.4 Teoria autônoma da arbitragem	89
3.4 O reconhecimento do caráter jurisdicional da arbitragem e os seus reflexos.....	90
3.4.1 Coisa julgada	99
3.4.1.1 A coisa julgada na arbitragem	100
3.5 Jurisdição, ius imperium e a arbitragem.....	102
3.5.1 O poder de império (ius imperium).....	107
4. A Tendência Contemporânea à Desjudicialização.....	117
4.1 O projeto de lei n. 2.412/2007 e o projeto de lei do senado n. 4.257/2019.	127
4.2 Os modelos de execução na França, Portugal e Espanha.....	129
4.2.1 O modelo francês.....	129
4.2.2 O modelo atual de execução em Portugal	132
4.2.2.1 A arbitragem executiva	137
4.2.3 O modelo espanhol.....	138
5. Direito Estrangeiro: a Possibilidade de Cumprimento das Medidas de Apoio (Cautelares) e dos Laudos Arbitrais pelos Próprios Árbitros.....	141
5.1 América do Sul	141
5.2 Peru	143
5.2.1 Medidas cautelares em arbitragem: possibilidade de cumprimento pelos próprios árbitros	143
5.2.2 Laudo arbitral: possibilidade de sua execução pelos próprios árbitros.....	149

5.2.3	As disposições complementares da lei peruana	156
5.2.4	As normas complementares que tratam da execução das medidas arbitrais estabelecidas pelos árbitros	158
5.2.5	Os regulamentos de alguns centros de arbitragem peruanos...	163
5.2.6	A execução obrigatória dos laudos, pelos árbitros, nas arbitrajes de expropiación.....	166
5.2.7	A possibilidade de se adotar a arbitragem apenas para a execução de obrigações.....	167
5.2.8	A lei de licitações peruana e a possibilidade de execução dos laudos pelos próprios árbitros	169
5.2.9	Os remédios disponíveis às partes que se sintam prejudicadas, em face das decisões arbitrais proferidas em fase de execução dos laudos.....	171
5.2.10	Casos práticos	174
5.3	Equador	175
5.3.1	Sobre a possibilidade de concessão e execução de medidas cautelares pelos árbitros	176
5.3.2	Laudo arbitral: a possibilidade de sua execução pelos próprios árbitros.....	182
5.3.3	Os regulamentos de alguns centros de arbitragem equatorianos...	185
5.3.4	Casos práticos.....	186
5.4	Europa.....	188
5.4.1	Bélgica	188
5.4.2	Portugal.....	192
6.	As Tutelas Jurisdicionais no Direito Brasileiro.....	199
6.1	As tutelas provisórias no direito processual civil brasileiro.....	201
6.1.1	Tutelas de urgência e de evidência.....	203
6.1.1.1	Tutelas de urgência cautelar e antecipada	204
6.2	As tutelas provisórias na arbitragem.....	204

6.3 As diferentes espécies de sentenças	209
6.3.1 As sentenças declaratórias.....	214
6.3.2 As sentenças condenatórias.....	216
6.3.3 As sentenças mandamental e executiva “lato sensu”	217
6.3.4 As sentenças constitutivas	222
6.4 A necessidade de se praticar atos reflexos às sentenças constitutivas ...	225
6.5 Conteúdo e efeitos da sentença arbitral nacional	233
6.6 A efetivação da sentença arbitral	234
7. O Árbitro, a Convenção de Arbitragem e o Princípio da Autonomia da Vontade: Novas Possibilidades e Limites.....	241
7.1 O árbitro.....	241
7.2 Ampliação dos poderes dos árbitros: possibilidade?	243
7.2.1 Poderes para os árbitros executarem as suas próprias decisões ...	247
7.2.2 O esgotamento do poder jurisdicional dos árbitros (functus officio).....	253
7.3 O princípio da autonomia da vontade na arbitragem, a convenção de arbitragem e alguns parâmetros que poderiam ser adotados para a execução das sentenças arbitrais pelos próprios árbitros.....	259
7.4 Tipicidade e atipicidade dos meios executivos nas obrigações de pagar quantia certa	281
8. As Disposições Normativas de Natureza Processual como Possíveis Obstáculos à Plena Efetividade da Arbitragem	289
8.1 Jurisdição e competência.....	293
8.1.1 Regras de competência no sistema processual civil brasileiro	301
8.1.2 Questões atinentes à competência e a influência na arbitragem.....	304
8.1.3 Eleição de foro e a competência relativa	311
8.2 Conexão entre demandas.....	315
8.3 A citação nos processos de execução no CPC/2015	319

9. Os Registros Públicos e o Não Cumprimento das Decisões Arbitrais de Forma Direta	327
9.1 A interrelação entre a arbitragem e os serviços notariais e de registros públicos	329
9.2 Dos serviços de protesto de títulos e documentos	330
9.3 O registro civil das pessoas jurídicas (RCPJ) e o registro das sociedades empresárias nas juntas comerciais	333
9.4 O Enunciado n. 9, aprovado na I Jornada de Prevenção e Solução Extrajudicial de Litígios	335
9.5 As juntas comerciais e a arbitragem	339
9.6 Os serviços de registro de imóveis e a arbitragem.....	346
9.6.1 O art. 167 da LRP: taxatividade?	351
9.6.2 Aplicação do art. 221 da LRP?	355
9.6.3 A decisão de indisponibilidade, a constituição de hipoteca judicial e a arbitragem	358
9.7 Do cumprimento das demais decisões dos árbitros, de forma direta pelos registradores de imóveis	361
10. Julgados sobre Arbitragem Envolvendo Levantamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Seguro-Desemprego.....	365
10.1 Mandados de segurança impetrados em face do superintendente da CEF.....	366
10.2 O entendimento da justiça do trabalho sobre a natureza da sentença arbitral.....	375
11. Conclusões.....	379
Bibliografia.....	385